



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
DE JANEIRO
CAMPUS RIO DE JANEIRO

Rua Senador Furtado, 121/125 – Maracanã – Rio de Janeiro - RJ

CEP 20.270-021 – Tel.: (21) 2566-7711

Ata da Reunião do Conselho Pedagógico de Campus – CPC

02 de maio 2023

No dia dois de maio de dois mil e vinte e três teve início, no ambiente virtual, pela plataforma *Google Meet*, a reunião do Conselho Pedagógico de Campus - CPC, sob a presidência do Diretor de Ensino, Professor Eduardo Cerqueira. Com a palavra, o diretor agradeceu a presença de todos e apresentou a seguinte pauta: Aprovação da ata do CPC de 17/01/2023; organização dos COCs; retorno sobre a reunião dos GTs de Química com a PROEN e organização das discussões relativas à reestruturação dos cursos técnicos.

Após a aprovação da ata do CPC de 17/01/2023, o diretor Eduardo Cerqueira iniciou o segundo ponto de pauta. A existência do Pré-COC passa a ser obrigatória no novo regulamento dos COCs, no entanto, a realização de uma reunião Pré-COC é opcional visto que as análises prévias das planilhas Pré-COC e das fichas de encaminhamento já configuram um Pré-COC. A realização do Pré-COC tem o intuito de levantar discussão sobre questões relativas às turmas ou alunos específicos que demandariam mais tempo no COC, o que pode ajudar a dar celeridade aos conselhos presenciais. Se houver sugestões de mudança nas planilhas podemos levar para CPC para aprovação de alguma modificação. Os COCs serão feitos na sala de reuniões. Os alunos podem ser liberados e essa liberação precisa ser avisada na planilha de liberação, seja na impressa na Cotur ou na digital. O diretor informa que colocará para votação no CPC a delimitação de tempo de fala nos COCs para que ele não se prolongue tanto. A profa Priscila Marques faz questionamentos sobre a planilha Pré-coc, principalmente sobre digitar notas na planilha. Sugere que o servidor do campus RJ, Roger, que já atuou na DGA, nos auxilie no melhor uso do Sigaa de forma que busque uma alternativa de colocar as planilhas no Sigaa, questiona, também, se a liberação do aluno para COC gera reposição de aula. O diretor de ensino explica que digitar nota na planilha Pré-coc vale para termos uma visão global dos alunos, mas a necessidade de digitar é só para alunos em recuperação no G2, não é preciso preencher para o G1. O DE já conversou com a DGA e foi informado que o Sigaa não consegue dar um mapa global da situação dos estudantes, ratifica que aperfeiçoar as planilhas Pré-coc ajudará a melhorar cada vez mais essa ferramenta. Salienta também que é necessário fazer a reposição de aula caso o professor libere os alunos em dia de conselho de classe. Priscila Marques agradece os esclarecimentos. A coordenadora de Processos Químicos, Flavia Souza, fala sobre a questão do horário matutino para os COCs do G1 (2023.1), alunos da noite podem não comparecer, assim como professores que dão aula à noite. A profa Sharon, coordenadora do curso de Farmácia, acha pertinente a sinalização da coordenadora

Flavia. A profa Cristiane Mauad fará contato com os alunos do último período de Química, e dará retorno para a DE caso o horário do conselho tiver gerado questionamentos. A coordenadora Maria Rosângela pede para dividir em dois dias o horário de COC das turmas de PMQ pois as turmas estão muito complicadas. A coordenadora Sharon informa que contactou o representante da FM 381 e os profs da turma sobre o horário do COC. O diretor retoma o tema controle do tempo de fala no COC, a coordenadora Cristiane Mauad diz que acha complicado limitar tempo pois pode prejudicar a avaliação dos estudantes. A coordenadora Livia Nicolini sinaliza que é favorável a limitação de tempo, que a coordenação do ciclo básico marcou dois Pré-COCs para situações difíceis na tentativa de agilizar os conselhos, há relatos muito longos que prejudicam a análise dos estudantes nos dias de conselho de classe. A profa Priscila Marques questiona a situação de marcar tempo de fala, que isso deveria ser definido na dinâmica do próprio COC, o que pode acabar engessando os conselhos, questiona se é preciso definir em CPC se vamos ter controle de tempo em conselho de classe. Eduardo Cerqueira explica que essa definição saindo da CPC daria mais apoio ao coordenador. Priscila Marques diz que agora compreendeu o objetivo e acha que não há necessidade de fazer enquête para decidir se deve ser votado que a CPC limite tempo de fala. A coordenadora Cristiane Mauad ratifica que não acha necessário delimitar tempo, que o coordenador e o representante da DE podem conduzir os conselhos de forma a sinalizar quando o conselho se estender demais. O coordenador José Sampaio pergunta sobre a metodologia pensada para definir tempo de fala nos COCs. Eduardo Cerqueira afirma que definir o tempo de COC é mais uma ajuda para o coordenador. A coordenadora de Cursos Rafaela Thereza salienta que tivemos muitos atrasos nos COCs on line, e que a DE recebeu professores nesse período falando dos atrasados do COCs do final do período passado, inclusive na reunião presencial de março esse tema foi abordado. Neste sentido, a DE foi chamada a pensar em soluções para resolver esta situação, e que uma solução em CPC, que é coletiva, dá suporte a quem está conduzindo os conselhos. O coordenador do MSI, Miguel Terra, destaca que é preciso sinalizar no início do COC que haverá limitação de tempo de fala para padronizar, e quando há contagem de tempo de fala o prof pode fazer o controle do que vai falar. A coordenadora Roberta Loh concorda que a sinalização precisa ser feita no início do COC para as falas não ficarem com contagem heterogênea. Eduardo Cerqueira lança enquête sobre controle de fala em COC, questionando se a existência ou não de controle de fala deve ficar a cargo do CPC. O CPC vota que este colegiado é que tem a prerrogativa de definir se deve haver controle de fala. Há uma nova enquête perguntando se o controle de fala será feito, e é votado que o controle de fala seja feito. A 3ª enquête pergunta se o CPC definirá esse controle de fala, ou ficará a cargo do coordenador na hora do COC. A profa Carla Souza, coordenador de Linguagens e Códigos, não concorda com a 3ª votação, pois acredita que em cada COC devem haver definições da maneira de condução, tem receio do COC ficar muito engessado. Sampaio questiona se não estaríamos indo contra o regulamento de COC. O DE responde que não há nenhuma restrição sobre tempo no regulamento. Marcia Guerra, coordenador de Ciências Humanas, defende que o COC é um conselho entre iguais, paritária, e a definição deve ser feita pelo grupo, e não deve ser feita pelo coordenador. Mariana, coordenador de Biotecnologia, defende que essa limitação de tempo é uma ótima decisão, pode ser que um COC definido como tempo aberto pode atrasar conselhos seguintes. Cristiane Mauad defende que haja um teto para a finalização dos conselhos e não limitação de tempo de fala. Flavia Souza ratifica que é preciso respeito ao tempo de finalização dos conselhos, deve haver um controle de início e término dos COCs. Miguel Terra concorda que devemos ter tempo estipulado para ter maior previsibilidade

de horários. Thiago Saide defende que deve ter horário de início e fim de COC, e não limite de tempo de fala, e que no presencial há o problema de quórum dos COCs. A profa Katia Correia defende que deve haver definição de tempo de fala, e que outras direções já marcaram hora de início e término de cada conselho, mas esses horários nunca se cumpriram, gerando inúmeras queixas, o que levou as direções a só estipularem início dos turnos de COC. Muitos professores alegam que os COCs demoram muito e por isso não conseguem participar, isso leva a falta de quórum. A coordenador de Biotecnologia, Mariana, reforça que o regulamento estipula que deve haver tolerância de 15 min para início dos COCs, por isso definir horários dá o parâmetro de até quando se deve esperar para ter quórum no conselho, caso não se atinja o número de presentes, cancela-se e reagenda-se o COC. A profa Sharon defende que deve haver previsibilidade dos COCs, a falta de previsibilidade prejudica também os alunos. A profa Rafaela Thereza ressalta que devemos levar em consideração o histórico do que já aconteceu em outros momentos de organização dos COCs, lembra a fala do prof Miguel Terra de que os conselhos não vão ter homogeneidade, pois os COCs da noite ficarão com tempos diferentes. O prof Thiago Saide ressalta que os COCs da noite já acontecem em tempo menor, que não haveria tanta diferença. O diretor lança a enquete para definir se deve haver horário estipulado de início e fim de COC, lembra que há turmas muito grandes e que uma hora pode ser pouco, enquanto turmas pequenas podem terminar rápido e temos que esperar até chegar no horário previamente estipulado. Maria Rosângela acha que não é necessário definir início e fim por conta das turmas da noite. Cristiane questiona se temos que estipular tempo de duração dos COCs ou colocar horário de início e fim, a sugestão da professora é estipular duração máxima do tempo do COC. Maria Rosângela concorda com a Cristiane. Flávia defende que é preciso ter previsibilidade do horário de COC. Miguel Terra concorda que previsibilidade é importante, marcar horário, mas deve ser flexível, pois com a experiência dos coordenadores é possível saber quanto tempo de duração cada turma vai ter. Eduardo faz enquete perguntando se deve ser definida previamente a duração máxima de COCs de cada turma. Ficou definido que os coordenadores podem contatar os professores de cada turma para definir a duração do COC. Marcia Guerra defende que podemos demarcar que os COCs durem uma hora, salvo se forem da noite, e que possamos pensar em flexibilizar caso não dê resultado. A profa Katia Correia lembra que já definimos antes que os COCs durariam 1 hora, e que esse tempo acabava sendo extrapolado visto que é muito comum levar todas as questões que acontecem na escola para o dia do COC. Ressaltou que a planilha Pré-coc foi pensada pela equipe da DE como mais um espaço para incitar debates pedagógicos. Cristiane Mauad retoma a questão do regulamento do COC, caso façamos essas definições de estipular controle de tempo, se não incorreríamos na mesma situação irregular de fazer o COC remoto, e se a Proen poderia sinalizar como irregularidade. Eduardo Cerqueira destaca que há diferença nas situações e que não há problema e se fazer essa definição em CPC. Carla Souza pergunta se ficou definido que faremos controle de fala, pois ficou confuso. O DE afirma que ficou acordado que haverá controle de tempo de fala, e que as coordenações farão contato com os participantes antes dos COCs para fazer os acordos prévios. Miguel Terra propõe que se decida que o tempo fique aberto entre meia hora e uma hora, e cada coordenador, dependendo das turmas, pensaria no tempo previsto dentro dessa margem. Priscila Marques faz a proposta de marcar os horários de início, mas não definir teto de horário final. O DE ressalta que estabelecer horário de início acabará demarcando o horário final. A profa Katia Correia pede esclarecimentos sobre o que já foi definido. A coordenadora Flavia também pede esclarecimentos para irmos para a próxima enquete. Cristiane Mauad pergunta se a definição é geral, padronizada,

o prof Eduardo informa que cada coordenador decidirá. A profa Flavia acredita que se não houver padronização haverá confusão. O Prof Leonardo, coordenador de Alimentos, sugere demarcar 3 minutos e quem quiser falar mais pode se reinscrever. O DE faz nova enquete sobre regular os tempos de fala dos COCs. Leonardo questiona se não houver quórum e o COC for cancelado, o que fazer? O DE explicou que teremos que marcar o conselho para outro dia. Marcia Guerra lembra que esse não foi o entendimento do Caet, o COC pode ser marcado no mesmo dia. Leonardo então questiona se poderemos antecipar o COC da turma seguinte. O DE explica que se houver definição de horário, não será possível antecipar. Então, a enquete lançada pergunta a) se devemos definir tempo de início, b) se definimos apenas previsibilidade de início, c) ou não definimos o início. A profa Mariana defende marcar horário de início, e se adiantar será necessário que os profs estejam na escola para esse caso. O DE lembra que se definir não poderá haver adiantamento. Rafaela Thereza afirma que o histórico da escola mostra que delimitar o final do conselho já não deu resultado, e que há uma variação grande, turmas de 8º período muito rápidas, e turmas de 1º período muito demoradas. Lembra que o início da votação foi para regular tempo de fala, e que o debate foi caminhando para reeditar o que já foi feito sem sucesso – demarcar horário de início e fim dos COCs. Miguel Terra sugere que o tempo de COC seja negociado com os professores das turmas, caso a caso. Priscila Marques fala que é preciso ser pensada uma previsibilidade. O DE lançou enquete e ficou decidido que os coordenadores verifiquem com os coordenados a definição do tempo de fala, a delimitação de tempo de duração de COCS, e a previsibilidade de horário de cada conselho. O DE entra no terceiro ponto de pauta e inicia a fala sobre o andamento da reunião da Proen do dia 28/04. A reitoria não irá obrigar a remoção de docentes por motivo de carga horária (nunca aconteceu em 6 anos da gestão e não irá acontecer após a reestruturação); ideias da PROEN para equipes que fiquem com baixa carga horária: abrir novas turmas de um mesmo curso; criar cursos presenciais ou EaD: especializações técnicas, pós-graduações, FIC. Ideias da DE: unidades curriculares politécnicas – reforço escolar, preparatórios (ENEM, olimpíadas), atualidades, organização de estudos, escrita científica etc (atender demandas estudantis e questões de CH docente). Há uma Portaria do MEC nº 983/2020 que estabelece como mínimo de 14h para profs de regime de 40h, ou de 10h para profs de regime 20h. Essa Portaria já foi implantada em 40% dos IFes. A Pesquisa e a Extensão estão sendo utilizadas como justificativas pelo FDE para manter o mínimo atual, porém, apenas 12% do corpo docente dos IFes fazem pesquisa ou extensão, enfraquecendo o argumento. Confirmou-se a questão da impossibilidade de novas contratações para o CRJ, inviabilizando propostas que demandem contratação docente. Os Campi com possibilidade de aumento de tipologia devido ao RAP são Nilópolis e Paracambi. Confirmou-se que Português e Matemática devem estar presentes em todos os anos e não em todos os períodos, as disciplinas podem estar em um dos períodos e não no ano inteiro, não é necessário estar nos dois períodos. A questão das 1800 horas versus 2000 horas na formação geral foi abordada na reunião. O DE relatou que a Pró-Reitora falou que deveria haver 1800 horas no Núcleo Básico, e que disciplinas associadas à área básica poderiam ser colocadas no Politécnico ou poderiam ter uma nomenclatura diferenciada (Exemplo: Artes e animação para internet). Após contestações acabou sendo colocado para votação se os DEs eram a favor ou contra 2000 horas. CDUC, CNIL, CSG votaram a favor / CRJ votou contra. O Núcleo Básico passa, portanto, a ter 2000 horas. O DE relatou que a Pró-reitora afirmou que as definições das propostas curriculares devem ser feitas nas comissões de discussão da reestruturação, e orientou que os coordenadores dos demais cursos sejam incluídos no GT de Química. O DE pontuou que solicitou o adiamento da reunião do

GT de Química sobre Matemática, Informática e Estatística de 10/05 para 29/05, mas foi votado pelos DEs o adiamento apenas para 17/05 devido à demanda do campus Nilópolis. A DE apresenta a seguinte proposta de Metodologia para o Núcleo Básico (incluindo Estatística e Informática): Etapa 1) Equipe do CRJ: a equipe do CRJ se reúne para discutir e preencher o modelo de proposta curricular de cada disciplina nos cursos atualizados. As propostas curriculares serão divulgadas pela DE para a comunidade docente para leitura prévia à Etapa 2. Etapa 2) Comissão de curso – Química. Discute-se, em reunião da comissão do curso de química, as propostas curriculares enviadas prioritariamente em relação às ementas e integrações e define-se a proposta curricular que será levada à reunião com os demais campi. Mediação pela coordenação do técnico integrado de química. Recomendável: Reunião com as equipes dos campi CDUC, CNIL e CSG. Proposta de Metodologia - Núcleos Técnico e Politécnico: Etapa 1) Equipe do CRJ A equipe do CRJ se reúne para discutir e preencher o modelo de proposta curricular de programa de ensino de cada disciplina nos cursos atualizados. As propostas curriculares serão enviadas à coordenação do curso e divulgadas para a comissão do curso para leitura prévia às reuniões. Etapa 2) Comissão de curso discute-se, junto à comissão do curso específico, as propostas curriculares enviadas prioritariamente em relação às ementas e integrações e define-se a proposta curricular que será levada à reunião com os demais campi. Mediação pelo coordenador do curso. Sempre discutindo com as equipes dos demais campi para fornecer e coletar ideias. O diretor de ensino apresenta o cronograma para realizar estes debates, e relata que não fez cronograma para EJA e PMQ. EJA tem um fórum de debate próprio, e PMQ está próximo da coordenação de Química.

Área	Matemática, Informática e Estatística	Biologia, Química e Física	Formação profissional 1	Formação profissional 2	Linguagens e Códigos	Ciências Humanas	Núcleo politécnico e estágio
Reunião central	17/05	29/05	06/06	14/06	-	-	29/06
Prazo Etapa 1 Envio dos programas de ensino	10/05	19/05	QM: Formação profissional até 30/05	Demais: Formação profissional até 16/06	16/06	16/06	-
Prazo Etapa 2 Apresentação na Comissão de Curso	16/05	26/05	QM: Formação profissional até 05/06	Demais: Formação profissional até 26/06	23/06	23/06	QM: 27/06

Outro ponto foi a discussão sobre 18 x 20 semanas. Com 3240 horas 18 semanas - 240 tempos de aula. Já 20 semanas - 216 tempos de aula. Obs: Carga horária docente depende do número de tempos. No Núcleo Básico: 18 semanas - 148 tempos = 1998 h. Já nas 20 semanas – 148 tempos = 2220 h (cortar mais 16 tempos). Núcleo técnico: 18 semanas - 90 tempos = 1215 h, e 20 semanas - 90 tempos = 1350 h (cortar mais 10 tempos). Com 20 semanas haverá redução de 24 tempos de contraturno ou sábado (4 períodos a menos com contraturno cheio ou sábado), porém, com redução de 11% no número de tempos e na carga horária docente global. O DE abre a palavra para perguntas. Cristiane Mauad pontua sobre a questão das 2000 horas, que na reunião com a Proen essa situação foi levada, mas já havia sido demonstrado o interesse nas 2000 horas, e com a presença da Pró-reitora na última reunião ratificou-se a decisão. Carla Souza questiona sobre o fato de os cortes de linguagens e códigos terem sido votados no CPC da semana passada, questionou como está a situação agora. Pergunta quais as demandas para as coordenações. O que deve ser levado a partir desse novo CPC para

códigos e linguagens. Perguntou também sobre o posicionamento das 20 semanas e 18 semanas, há dois prazos para serem cumpridos, questiona quais os passos seguintes após essa reunião da Proen. Eduardo Cerqueira esclarece que haverá uma reunião da comissão do curso de química com foco nas ementas e integrações, uma oportunidade para aprofundar o debate, o que se definiu no CPC foi um estudo no qual verificamos como o núcleo básico ficaria com as modificações, não é algo em definitivo, e a carga horária será discutida na reunião central. Cristiane pontua sobre as 2000 horas, que se sente mais confortável que cada disciplina defenda na reunião na reitoria suas ideias e não fique a cargo da coordenação. Cristiane Mauad pede a palavra para comentar que nas reuniões centrais tem existido pedido de aumento de carga horária, o ideal é falar de carga horária na reunião central. Marcia Guerra pede esclarecimento para Eduardo se a carga horária docente será revista no Consup, pois ela teve essa notícia. O segundo ponto comentado pela profa Marcia Guerra foi o profundo grau de animosidade em relação ao campus RJ na reunião da Proen, e que é importante realizar uma conversa prévia com as equipes de outros campi, buscando uma aliança, um diálogo. Com relação a Portaria 983/2020, o DE comenta que ela determina a obrigatoriedade de mínimo de 14h de carga horária para os docentes, o argumento contrário à Portaria é que ela inviabiliza que o professor faça pesquisa e extensão, o contra-argumento é que só 12% dos professores dos Ifs fazem pesquisa e extensão. Há uma defesa para que seja mantida a exigência de carga horária atual, ou que se chegue a um meio termo. No entanto, 40% dos Ifs já acataram a nova Portaria. Leonardo afirma que se 12% dos profs realizando pesquisa e extensão não é relevante, não deveria abrir pós-graduação nos IFs. Com relação ao debate da reestruturação, o professor salienta que o núcleo politécnico com a nova decisão já não tem como existir, com apenas 40 horas, seria a mesma coisa que nada. O professor afirma que não temos a cultura de práticas integradoras, de interdisciplinaridade, de fazermos avaliações que valem ponto para mais de uma disciplina, o que vai acontecer é que os estudantes vão ficar sobrecarregados. O professor afirma que o que está acontecendo é que o interesse na defesa da qualidade de ensino para os alunos não está se realizando como ele ouviu que seria nas reuniões, o que ele vê são pedidos de aumento de carga horária das disciplinas. O professor ressalta que o curso técnico de Alimentos vai precisar aguardar o curso de química pois o ciclo básico não vai poder ser diferente, porque temos limitação de espaço, precisa dar possibilidade de os alunos fazerem transferência. O que parece que vai acontecer é que o modelo de 4 anos terá que caber em 3 anos, e isso não tem como dar certo, o professor finaliza questionando se os coordenadores poderão entrar no GT de Química. O DE informa que a orientação da Proen foi que se todos os coordenadores concordarem serão portariados. Leonardo pergunta se todas as químicas vão entrar no núcleo técnico, e afirma que com o aumento do núcleo básico para 2000 horas, a conta não vai fechar, praticamente fica definido a impossibilidade de existência do núcleo Politécnico. Eduardo Cerqueira comenta que será enviado o relato de tudo que já foi feito sobre o tema reestruturação por e-mail para todos da escola. Miguel Terra dá informes sobre o GT de reestruturação do MSI, que já foi decidida a mudança para Tecnologia da Informação, e depois avisará quais serão os próximos passos do GT do MSI. O prof José Sampaio pergunta sobre os prazos de envio da proposta curricular, e pede alteração do prazo para dia 15. Eduardo diz que se modificarmos o prazo, não será possível ler a proposta antes da reunião com a Proen. Cristiane Mauad lembra que as propostas curriculares devem ser enviadas para o GT de Química até dia 16, para ser possível ir para a reunião na reitoria no dia 17. Sampaio pede prazo até o dia 13, Rafael Freitas informa que fará uma reunião com a Matemática de outros campi, e que o maior contato é com professores de Nilópolis, está muito difícil conversar com professores de Caxias

e São Gonçalo. Eduardo Cerqueira pede que se mantenha um envio com certa antecedência. Cristiane Mauad concorda com a profa Marcia Guerra, visto que os pedidos do Maracanã dificilmente são aceitos, a impressão é que o Maracanã é percebido como o campus que atrasará o processo, a profa verifica que há sempre um tom de embate. Ressalta que para São Gonçalo há interesse em acelerar o processo de reestruturação para implementar o curso em 2024.1, acrescenta que acha muito importante os coordenadores participarem das reuniões gerais. Eduardo Cerqueira relata sua impressão de que o processo está em construção nos outros campi, e que não há nada fechado ainda, afirma que com a nova metodologia apresentada no CPC o campus terá maior tranquilidade para fazer os debates. Ratifica que será enviado o resumo do que aconteceu no último mês para todo o campus, define que a nova data de CPC será depois do dia 16 para deixar livre esse dia para se realizarem debates antes da reunião com a Proen, e encerra o CPC agradecendo a participação de todos.

Registro de presença

Nome completo	Representação
Leonardo Emanuel de Oliveira Costa	CT de Alimentos
José Sampaio de Oliveira	CNM
Luciana Barbosa Reis	Subcoordenação de Língua Portuguesa
Priscila Marques de Siqueira	MAM
Carla Cristina de Souza	Coordenação de Linguagens e Códigos
Roberta Kuan Tchuen de Mello Loh	Coordenação Bacharelado em Ciências Biológicas
Frederico Goytacazes de Araujo	Subcoordenador química analítica
Livia Baptista Nicolini	Ciclo básico
Mariana Paranhos Stelling	Coordenação do curso técnico de Biotecnologia
Maria Rosângela de Vasconcelos Mendes	Pós-médio em Química
Cristiane Ribeiro Mauad	Coordenação de Química (Integrado)
monica souza	vice coordenação códigos e linguagens
Rosângela Aquino da Rosa	Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências com ênfase em Biologia e Química
MARIANA SOUTO	SUBCOORDENAÇÃO CIÊNCIAS HUMANAS
Regina kazumi fukuda	Subcoordenação de Estatística
FLÁVIA CARVALHO DE SOUZA	PROCESSOS QUÍMICOS
Miguel Roberto Muniz Terra	Coordenação MSI
Aline dos Santos Garcia Gomes	Mestrado PCTA
Luiz Guilherme Kochem Mathias	Filosofia
Aramís David Correia	Sub-coordenação de Artes
Marcio Martins Loureiro	Vice Coordenação da Graduação em Ciências Biológicas

Katia Correia da Silva	Coordenadora geral de educação
Rafaela Thereza Pereira Sant'Anna	Coordenadora geral de cursos
Eduardo Coelho	Diretor de Ensino